

42º Encontro Anual da ANPOCS  
GT 35 – Violência, punição e desvio: reflexões teóricas e investigações  
empíricas.

## A ECONOMIA MORAL DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

Edmilson Lopes Júnior

Caxambu (MG), outubro de 2018.

## A ECONOMIA MORAL DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

Edmilson Lopes Júnior<sup>1</sup>

### Resumo

A elevação contínua das taxas de homicídios na região Nordeste nos últimos quinze anos contribuiu fortemente para que o Brasil se situe entre os países com mais mortes intencionais violentas do mundo. Quais os processos sociais em larga-escala e de longa duração subjacentes à essa situação que traduz nesse espaço regional uma situação codificada como de “violência epidêmica”? A partir desta questão norteadora, busco lançar algumas luzes sobre as lógicas macroestruturais imbricadas com a espiral de ocorrências fatais na região, especialmente nas suas áreas metropolitanas. A trilha analítica seguida coteja dados e informações a respeito da violência letal na região com teorias clássicas e contemporâneas sobre violência interpessoal e criminalidade. O conceito de “economia moral”, elaborado, dentre outros por Edward P. Thompson, será mobilizado tanto como chave de leitura quanto como do fio condutor da interpretação sociológica esboçada.

**Palavras-chave:** Violência; urbanização; juventude; grupos de extermínio; crime organizado; moralidades.

### Introdução

Quando da divulgação do “Atlas da Violência 2018”, como sói ocorrer sempre nos momentos nos quais lidamos no Brasil com indicadores do nosso déficit em desenvolvimento humano, tivemos a nossa pauta pública dominada pela busca de diagnósticos rápidos, com as suas costumeiras explicações causais ligeiras e a demanda imperiosa por soluções simples e imediatas. Em 2016, conforme o relatório, o país registrou 62.517 homicídios, uma variação de 5% a mais nessas ocorrências em relação ao anterior, fazendo o país ultrapassar a barreira de 30 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Talvez em consequência do ambiente político significativamente intoxicado pelas consequências do impeachment da Presidente Dilma dois anos antes, além da proximidade temporal com as eleições gerais do ano, a discussão sobre as importantes informações aportadas tenha resvalado, em muitas partes do país, pela busca desenfreada em atribuir culpas e responsabilidades diretas ou indiretas aos adversários políticos pela situação desvelada pelos números. Obviamente, em meio à profusão discursiva sobre a questão, todos alertavam para o fato impossível de ser obscurecida de que o Brasil é o país com o maior número absoluto de mortes violentas do mundo.

Como se a confirmar que a autoimagem de “país desenvolvido” era destituída de referentes na realidade concreta, o país, com o nuançar das informações organizadas pelo relatório, dava-se conta de que estava socialmente mais próximo dos seus coirmãos latinos, especialmente da América Central, do que da idealizada Europa. Afinal, conforme apontaram Cerqueira *et al* (2008), os cinco países com as maiores taxas de homicídios por habitantes no mundo eram, em 2016, pela ordem, Belize, El Salvador,

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. E-mail: [edmilsonlj23@yahoo.com](mailto:edmilsonlj23@yahoo.com)

Bahamas, Colômbia e Brasil. Essa configuração forneceu referentes para que estudiosos e órgãos da imprensa internacional passassem a abordar a problemática da violência homicida como uma manifestação uniforme, uma epidemia latino-americana<sup>2</sup>. Assim como as famílias, que, na mais lembrada das frases de Tolstói, são parecidas quando felizes e singulares quando não, a violência homicida assume uma singularidade em cada país (ou subconjunto de países) no continente. As tentativas de generalização esbarram sempre na realidade, que se expressa em fenômenos (narcotráfico, guerra às drogas, fratura social pós-guerra civil, atuação de grupos guerrilheiros ou paramilitares) os quais não assumem a mesma importância e nem impulsionam as mesmas taxas de violência criminosa nos diferentes países<sup>3</sup>. Então, para além das onipresentes referências ao déficit de cidadania e democracia, à incorporação de ações nacionais da “guerra às drogas” patrocinada pelos Estados Unidos e ao peso do narcotráfico nas práticas econômicas e na sociabilidade, existem dramas e processos nacionais e subnacionais cuja compreensão é pressuposto para a inteligibilidade desses mundos sociais nos quais tantas vidas têm sido ceifadas.

Por sob a uniformidade de taxas acima de 20 homicídios para cada 100 mil habitantes, deparamo-nos também com gramáticas morais, que se traduzem em reações diante da violência, que ficam despercebidas. Sem olvidar, obviamente das imensas distâncias numéricas que separam tanto unidades subnacionais quanto classes sociais e etnias. Basta lembrarmos, no que diz respeito à dimensão territorial no caso brasileiro, que o estado de São Paulo convive, há nove anos, com uma taxa de homicídios nunca superior a 15 para cada 100 mil habitantes enquanto Alagoas há 10 anos não consegue fazê-las baixar para menos de 50 ocorrências, alcançando, no ano de 2011, a nada invejável taxa de 71 homicídios para a mesma proporção de habitantes.

Se os dados estatísticos sobre os homicídios na nossa parte do mundo traduzem, como elabora o *The Economist*, uma epidemia, o desafio de uma ciência da sociedade,

---

<sup>2</sup> Esse o caso, por exemplo, do *The Economist* (05/04/2018), que chamou a atenção para o fato de que com apenas 8% da população mundial, a região produzia 38% dos assassinatos ocorridos no mundo no ano de 2016.

<sup>3</sup> Os trabalhos reunidos por Auyero, Burgois e Scheper-Hughes (2015), embora tomem esses fenômenos como referentes, têm a ambição de apreender as gramáticas morais subjacentes a cada um dos contextos marcados pela dominância da criminalidade violenta na América Latina. São incursões analíticas instigantes e que abrem veredas para desdobramentos investigativos posteriores. Apesar desses avanços, observa-se, como senão, certa preponderância de um viés, derivado da incorporação um tanto acrítica dos aportes teóricos de Lóïc Wacquant, que os levam, em algumas realidades, a imputar um peso desmedido e não legitimado empiricamente às estruturas políticas e ao “neoliberalismo” como elementos causais explicativos.

que não se renda à equalização entre percepção e conhecimento e entenda que as próprias percepções dos atores e dos especialistas (e os há cada vez mais no “campo da segurança pública”, deslizamento semântico nada insignificante, diga-se de passagem) são, em si mesmas, objetos de inquirição e esteio para narrativas sociológicas. Estas, embora não ignorem, não podem se prender às demandas, acima referidas, de explicações causais para o drama que vivemos. E, assim sendo, as próprias estatísticas da violência (e dos homicídios, em particular) não podem ser tomadas como dados neutros do mundo. Se a sua produção é um avanço civilizacional, no sentido de que fornece elementos para um diagnóstico da realidade social que vivemos, além de aportar referentes concretos para o debate público, não se pode cobrar que as mesmas contenham chaves explicativas da violência que registram.

Entretanto, há uma questão incontornável com a qual um exercício de compreensão analítica da violência expressa nas taxas de homicídios anunciadas deve lidar que é a sutil alienação que o recurso sistemático aos números produz. Ora, é de vidas que estamos tratando! Não se trata de moralismo de ocasião e da imposição de alguma regra politicamente correta (pelo contrário, penso que, não raro, o politicamente correto nos impede de fazer as perguntas corretas diante dos fenômenos!), mas de não esquecermos, como nos indica Scheper-Hughes (2015) em texto que é uma das inspirações do presente trabalho, o fato de que as obscenas taxas de homicídios no Brasil (e, hoje, particularmente no Nordeste) traduzem “pequenas guerras” e “genocídios invisíveis”. Assim, e este é um viés que necessito explicitar por uma questão de honestidade com o improvável leitor, o que apresento aqui é, de algum modo, também uma reação contrária ao tratamento analítico muito próximo da engenharia social que a mobilização acrítica desses números, não raramente, implicam.

Números! Na medida do possível, neste trabalho, iremos fazer um uso parcimonioso dos mesmos. Menos por entender que a quantofrenia é cansativa e mais pela compreensão de que, se é verdade que, em outras temáticas abordadas pela sociologia, há alguma legitimidade em se reivindicar, como alude ironicamente Giddens (2001, p.16), de que aquilo que “não se consegue quantificar não se leva em conta”, na análise da violência homicida, em algum momento, a apreensão de processos e dinâmicas substanciais pressupõe mesmo o abandono do quantitativo. Dentre aquelas referências parcimoniosas aos números, comecemos lembrando que a região Nordeste, que concentra em torno de 27% da população brasileira teve 40% dos 62.517

homicídios ocorridos no Brasil em 2016. Dessa forma, fosse um país à parte, o Nordeste alcançaria a taxa de 44 homicídios para cada 100 mil habitantes e seria o país com as maiores taxas de homicídios do mundo, fazendo-se o cotejamento com os dados apontados pelo *Atlas*.

A questão central, certamente inaceitável para aqueles a quem Bourdieu (1989) distingue com o epíteto de “cães de guarda metodológicos”, poder-se-ia resumir a uma indagação lacônica, que mais traduz perplexidade de quem a enuncia do que uma “trilha de investigação”: “por quê?”. Entretanto, trata-se aqui de puxar os fios da meada de uma narrativa sociológica, o que nos exige um enquadramento menos tributário das indagações comuns. O estabelecimento de conexões causais entre elementos estruturais ou padrões culturais e sociabilidades, esse um exercício que vem sendo feito sobre a questão e não apenas por cientistas sociais. Mas essas respostas, as quais merecerão destaque analítico em algum momento desta empreitada, não podem ser tomadas se não como o que elas efetivamente são: percepções consistentes, que capturam dimensões da realidade, mas não se constituem efetivamente em conhecimento, o produto primeiro que esperamos da atividade científica.

Para avançar, para formular uma questão que possibilite a incorporação de dados do mundo e os articule em uma interpretação sociológica, a perplexidade quase impotente da questão como acima colocada (“por quê?”) deve se transmutar em: como é possível (ou como foi possível que se chegasse a) um arranjo societal no qual 44 homicídios são registrados para cada 100 mil habitantes? Assim colocada, a indagação permite desdobramentos que se abrem como um feixe de luz sobre o mundo social: que mecanismos de neutralização são mobilizados para tornar possível “tocar a vida de todo dia” em um contexto no qual se convive com tal grau de letalidade? Que mapas mentais são exigidos para se navegar nesse universo? Que mecanismos de distanciamento garantem a incolumidade para uns e a vida “à deriva” para o restante? Que normas, regras e valores são (re) definidos por em contextos nos quais os homicídios assomaram à condição de epidemia?

Uma hipótese subjaz a essas indagações: há uma economia moral moduladora de uma valoração de vida e morte que necessita ser decifrada para apreendermos a tessitura da “epidemia” de homicídios. Mais do que uma biopolítica, temos aqui, como naquele

contexto nicaraguense analisado por Dennis Rodger, uma “política de morte<sup>4</sup>”. O termo economia moral, provocativo desde a sua mobilização em seminal trabalho por Edward P. Thompson, teve o sentido, como é fartamente conhecido, de abrir uma fresta para uma abordagem histórica e social das manifestações camponesas na Inglaterra e no País de Gales, no século XVIII, contra a escassez de alimentos. O historiador estava especialmente interessado em apreender “a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações de mercado; e a relação – às vezes negociações – entre a multidão e os governantes, denominadas de modo insatisfatório de ‘motim’” (Thompson, 1998, p. 204). Mirando o seu foco analítico nessa direção, o historiador buscava captar as nuances sócio-históricas britânicas de uma mutação social vivenciada em diversas sociedades naquele momento: o abrupto avanço das trocas tradicionais pelas transações subordinadas à lógica do mercado sem a atribuição de competências de sujeitos a “estruturas sociais”, como ocorria comumente na historiografia de inspiração marxista.

Toda e qualquer elaboração sobre a epidemia de homicídios no Nordeste não fica (e nem poderia) restrita ao ambiente acadêmica. Legitimamente, os atores políticos e sociais também buscam decifrar enigmas, não para produzir narrativas orientadas para o reconhecimento como sociologicamente consistentes, mas porque, para estes, mais do que responder a um “por quê?” trata-se de elaborar alguma resposta para o “o que fazer?”. E as respostas que eles e elas produzem nos interessam fortemente e também servem de referentes para a análise. Nesse sentido, há uma questão angustiante que permanece em aberto: como foi possível que exatamente em uma década marcada pela expansão de políticas públicas de inclusão social, como aquelas executadas pelo Governo Federal através do Programa Bolsa Família, do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, da elevação real do salário mínimo e da ampliação de vagas no ensino público gratuito de qualidade (com a expansão na região da rede federal de ensino técnico e tecnológico - os IFs), as taxas de homicídio tenham crescido significativamente em todos os estados do Nordeste do Brasil<sup>5</sup>? Ora, não foi essa a região do país que obteve mais ganhos as políticas de inclusão social no período de 2004 a 2014?

Antes de avançar na formulação de respostas iniciais às questões apontadas acima, seja-me permitido, no tópico a seguir, explicitar melhor o ângulo a partir do qual

---

<sup>4</sup> Ver Rodgers (2015).

<sup>5</sup> O estado de Pernambuco, em um período de alguns anos, apresentou um significativo declínio nessas taxas, mas, nos últimos anos, a tendência tem sido a de ascensão das mortes violentas.

a análise (que se encontra em construção) foi empreendida. Refiro-me, em particular, aos aportes da chamada sociologia da moral.

### **Do ângulo da sociologia da moral**

A tentativa de dissociar ciência de valor e razão da emoção tem pra lá de 200 anos. Na vida política, nesse tempo, houve quem tentasse fundamentar “cientificamente” as suas escolhas e ações. O totalitarismo e a ampliação da instrumentalidade do outro foram os produtos da política resultante. Para além da vida política, na compreensão da do mundo social, mais do que distinção, temos atualmente uma divisão do trabalho intelectual: os cientistas sociais analisam, com os instrumentais e métodos fornecidos pela razão, os fatos do mundo social enquanto os filósofos se debruçam sobre moral, moralidade e ética. Esse expurgo dos valores do mundo da razão, no caso da sociologia, traduziu-se em um tratamento secundário daqueles nas abordagens correntes da vida social. Dessa forma, como aponta Sayer (2005), esquecemos que na vida cotidiana as questões geralmente mais importantes são as normativas.

Quando confrontamos a sociologia e a ciência política atualmente praticadas com as obras dos “pais fundadores” de nosso campo de saber damos-nos conta dos imensos prejuízos causados pela negligência em relação a uma abordagem substantiva da dimensão moral da vida social. Nunca é demais lembrar que Émile Durkheim, em obra que pode ser considerada como exemplar de um projeto de ciência do mundo social, escreveu no prefácio: “*Este livro é, antes de mais nada, um esforço para tratar os fatos da vida moral a partir dos métodos da ciência positiva*”. (Durkheim, 1995{1893}, p. XLIII). E qual seria o fio condutor da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, outra obra seminal para o campo das ciências sociais, senão uma apreensão de processos sociais impulsionados por motivos morais? Para contrabalançar esse vazio teórico, nos últimos anos, tem ressurgido, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma razoável produção acadêmica autoidentificada como “nova sociologia da moral”. Sobre a forma como os chamados clássicos da teoria social lidaram com a moral, Steven Hitlin e Stephen Vaisey, no capítulo que lhes cabe no *Handbook of Sociology of Morality*, lançado há alguns anos, dizem que se fizessem uma viagem no tempo, voltassem ao início do século XX e apresentassem o livro por eles organizado tanto a Durkheim quanto Weber, eles certamente responderiam: “*Mas pode existir uma sociologia que não seja também da moral?*”. (Hitlin & Vaisey, 2010, p. 03).

Na sociologia contemporânea, moral e valores quando são abordados o são na condição de subprodutos das disputas sociais ou como expressões de posições em campos de disputas. É óbvio que as posições sociais são decisivas enquanto bases fornecedoras de justificativas e de instrumentos de reflexividade sobre os valores, mas é um reducionismo sociológico derivar tais valores dos pertencimentos de classes, de gênero ou de etnia. Isso não significa esposar o posicionamento de que os mesmos se encontram uniformemente distribuídos no mundo social. Na vida cotidiana, esses valores (que se traduzem em normas, mas não só) são *incorporados* e se tornam *disposições morais*<sup>6</sup>, mas nem sempre como elaborações discursivas coerentes. Daí a importância de sua análise como chaves de sentidos para as “guerras culturais” que, não raro, estão subjacentes às disputas interpretativas desenvolvidas na “superfície”.

O que estou a sublinhar é que expurgar a moral e as moralidades da análise do mundo social é deixar de lado parte substancial dos vetores culturais e afetivos que condicionam as ações dos atores. Ficar na superfície e à mercê dos acontecimentos recentes é o caminho mais direto para não apreender a movimentação das placas tectônicas que se movem sob a fina camada de solo nos quais os dramas que nos chamam mais a atenção se desenrolam. Da mesma forma, enveredar por análises de supostas “gramáticas profundas” da vida social sem atentar para o contingente, o provisório e o aparentemente efêmero é uma direção que, não raro, conduz para a entronização de essencialismos.

### **Ajustando a questão: a espiral de violência nos metrópoles nordestinas**

Muito embora existam elaborações, na imprensa ou mesmo nas análises constantes no universo acadêmico, a respeito da “interiorização da violência”, os números que alimentam as taxas de homicídios nos estados da região Nordeste são relativos, com uma ou outra exceção, como os polos regionais de Campina Grande e Mossoró, a ocorrências nas capitais e em municípios situados em regiões metropolitanas. Isso não significa relativizar o impacto das taxas de homicídios registradas em municípios interioranos.

O que reflete algo estrutural, pois que implica num processo linear de crescimento, é a elevação das taxas de homicídios nas capitais nordestinas. Ao tomarmos com referência apenas os homicídios por arma de fogo (que são responsáveis

---

<sup>6</sup> Os termos utilizados prestam referência ao universo bourdieusiano. Ver a respeito, dentre outros, Bourdieu (2001).



por mais de 80% das ocorrências) temos, à exceção de Recife (PE)<sup>7</sup>, um continuum. Assim, como se pode verificar no quadro 01, elaborado com base no já citado *Mapa da Violência 2016*, um crescimento geral de homicídios nas capitais nordestinas da ordem de 89,2%. Natal, a única capital nordestina que apresentava em 2004 um indicador abaixo de 10 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil habitantes (9,8), uma década depois tinha a taxa de 53 mortes intencionais violentas nas quais a arma de fogo era utilizada. Essa situação se traduziu no maior crescimento percentual do número de homicídios não apenas da região, mas de todo o Brasil.

**Quadro 1:** Taxas de homicídios por arma de fogo (hav) nas capitais nordestinas em 2004 e 2014

<b>Capital</b>	<b>2004</b>	<b>2014</b>	<b>Varição</b>
Aracaju	34,4	50,5	46,9
Fortaleza	18,4	81,5	342,6
João Pessoa	31,8	60,2	89,3
Maceió	51,0	73,7	44,5
Natal	9,8	53,0	441,1
Recife	77,8	32,9	- 54,0
Salvador	22,7	44,5	96,0
São Luis	15,1	67,1	344,3
Teresina	12,7	40,7	220,4
Nordeste	30,4	57,5	89,2
Brasil	31,5	89,3	- 3,8

Fonte: Waiselfisz (2016).

As dores e as cores da tragédia social que os números do gráfico anterior traduzem são eclipsadas por uma leitura aligeirada das estatísticas, mobilizadas sempre para justificar a alocação crescente de contingentes policiais nas áreas residenciais das classes médias dessas capitais.

Há um fluxo espacial dessa violência que escapa até mesmo aos elaboradores do “Mapa”. Referimo-nos ao fato de que os números do quadro expressam uma realidade social de municípios que se situam nas regiões metropolitanas nordestinas. E nestes, as taxas de homicídios tendem a ser maiores até do que nas capitais próximas.

Dessa forma, temos uma dinâmica espacial da violência no Nordeste do Brasil que envolve as periferias das grandes cidades e se espalha com força acentuada pelos territórios vizinhos. Em decorrência, nada menos que 25 dos 30 municípios

<sup>7</sup> A partir de 2015, com a redefinição da política de segurança pública pelo novo governador de Pernambuco e com o gradativo abandono do projeto Pacto Pela Vida, tanto a capital quanto as principais cidades do estado passaram a ter um recrudescimento das mortes violentas. Uma realidade que deverá se traduzir nos dados apresentados mais adiante.

identificados como os mais que contabilizavam mais homicídios no Brasil em 2014 estão situados no Nordeste. Como sabem todos (as) que acompanham sistematicamente os dados da violência na última década, há uma rotatividade entre os municípios que se destacam nos indicadores de violência, como se uma onda de morte percorresse as ruas e estradas das nossas áreas metropolitanas.

As constatações anteriores, passíveis de serem percebidas facilmente por qualquer um (a) se dedique a ler mais detidamente as estatísticas da violência na região, entretanto, fornecem poucos elementos para subsidiar respostas mais consistentes para as nossas angustiadas indagações. A grande questão, que permanece em aberto, é: como foi possível que exatamente em uma década marcada pela expansão de políticas públicas de inclusão social, como aquelas executadas pelo Governo Federal através do *Programa Bolsa Família*, do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, da elevação real do salário mínimo e da ampliação de vagas no ensino público gratuito de qualidade (com a expansão dos IFs), as taxas de homicídio tenham explodido no Nordeste do Brasil? Ora, não foi essa a região do país que mais ganhos obteve com o avanço das políticas sociais no período de 2004 a 2014?

#### **A lógica das coisas, a força das estruturas.**

Em 1992, segundo o Censo do IBGE realizado naquele ano, Parnamirim (RN), um dos municípios identificados pelo *Mapa da Violência de 2014*, como tendo uma das mais altas taxas de homicídios do Nordeste, contava com uma população de 62.312 pessoas. Em 2017, a estimativa feita por aquele instituto é a de que no município viviam 254.709 pessoas. Em menos de trinta anos, a população quadruplicou. Reordenamento demográfico semelhante pelo mundo afora, temos apenas em situações excepcionais, como deslocamentos provocados por guerras e desastres naturais ou em contextos particulares de desenvolvimento econômico, como aqueles da Revolução Industrial, no final do Século XVIII, e de industrialização acelerada na China das três últimas décadas. Essa é uma situação que se repete pelo Brasil afora em municípios envolvidos pela dinâmica socioespacial de regiões metropolitanas, mas é particularmente forte na região Nordeste.

Esses municípios, polarizados por capitais que, nas últimas três décadas, passaram por uma redefinição de suas paisagens pela emergência de uma economia de serviços que eclipsou a incipiente industrialização das duas décadas anteriores, foram sendo marginalmente incorporados à dinâmica social como fonte da força de trabalho

dessa nova economia. Sua vida social não tem centralidade própria como atesta o fato de que suas vias mais movimentadas não levam para as suas sedes, mas para shoppings, escolas, faculdades, supermercados, salões de beleza, condomínios fechados, universidades e hospitais da grande cidade. Antes, esses municípios eram marcados por uma vida pacata e com uma centralidade própria. A urbanização acelerada e a chegada de novos moradores para os conjuntos e loteamentos criados nos anos 1990 fizeram emergir novas dinâmicas socioespaciais, impulsionadas pelas forças de atração da economia de serviços ligadas ao consumo das classes médias locais, ao turismo e à expansão dos serviços públicos e aparatos estatais (universidades, hospitais, estruturas burocráticas, judiciário, etc.).

De certo modo, é incorreta a referência a “áreas periféricas” para designar os novos assentamentos habitacionais em municípios, hoje, formalmente designados como pertencentes a alguma das regiões metropolitanas da região. Em verdade, tivemos um processo de mutação de áreas tradicionais (com dinâmicas sociais e centralidades próprias) pela lógica devoradora de territórios da urbanização acelerada da década de 1990. Não é incomum, como ocorre em Natal, que a população identifica, não sem certa ironia, o seu bairro ou conjunto habitacional, como “Nem”. “Aqui é Nem. Por quê? Porque nem é Natal e nem é Parnamirim...”.

O corolário dessa urbanização foi, na maioria das regiões metropolitanas nordestinas, a ausência regulatória do Estado. não se fez presente, por motivos vários, seja impondo regulações e limites aos predatórios atores do mercado imobiliário destinado ao que eufemisticamente se denominou de “população de baixa renda”, o que tivemos foi uma urbanização alicerçada em um déficit de arranjos sociais. Ora, o próprio mercado, como nos ensinou em antiga lição Karl Polanyi, exige e tem como pré-condição acordos tácitos e instituições que o regulem (POLANYI, 2000). Na ausência destas, abriu-se um campo para a emergência de uma espécie de acumulação primitiva de capital<sup>8</sup> com base na apropriação do solo nos municípios de muitas áreas das regiões envolvidas pelas dinâmicas sociais e econômicas das capitais nordestinas.

---

<sup>8</sup> As transações imobiliárias nessas áreas, impulsionadas pelo acesso à renda propiciado pelas políticas sociais dos anos 2000, possibilitou, como efeito perverso, a emergência de um mercado clandestino de loteamentos. As redes articuladas para a realização das transações ligam pequenos empresários, policiais, funcionários públicos das prefeituras, “lideranças comunitárias”, “empresas” de cobranças, agiotas e, em alguns municípios, vereadores.

Na região da Grande Natal, por exemplo, as placas de “vende-se” que, hoje, encimam muitas das casas de áreas populares em Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz simbolizam o processo de espoliação daqueles e daquelas que jogaram suas energias físicas e seus recursos financeiros e afetivos na construção de um lugar para si no mundo. Para completar, a ausência de uma política pública de transporte de passageiros para a região metropolitana se traduziu em um aumento dos custos financeiros para os moradores dos municípios da Grande Natal. A resolução privada dessa questão pública reforçou a informalidade, exemplificada no transporte de passageiros por vans e pelos serviços de mototaxi, além de fornecer um incentivo forte para a solução individual através da aquisição de um automóvel.

No caso dos municípios polarizados por Natal (RN), os prédios abandonados dos pequenos postos policiais simbolizam a perda de referenciais de segurança pública para as populações locais. Tanto porque expressam uma visão ultrapassada de modelo de policiamento quanto porque exemplificam o afastamento do aparato da segurança de qualquer interação substantiva com a população local. Em seu lugar, viaturas móveis de quando em vez percorrem as ruas em incursões mais direcionadas à gestão de ilegalidades do que ao estabelecimento de relações duradouras e confiáveis com os moradores. O antigo posto policial fornecia ao menos a ilusão de que se tinha um local para se recorrer ou reclamar.

Nas áreas de saúde e educação, tivemos a construção de equipamentos, alguns com boas estruturas. Mas qual a lógica que os rege? Mais a “prestação de serviços” a uma clientela do que a garantia de direitos à cidadania. A cultura organizacional que anima as instituições alocadas nesses equipamentos assim como as suas formas de gestão conspiram contra a inclusão afirmativa dos moradores locais. E essa realidade deriva menos da intencionalidade dos atores envolvidos do que da “lógica das coisas”. Para começar, os profissionais que neles atuam geralmente não residem no seu entorno. Não raramente, estes percebem a sua lotação profissional como um sacrifício temporário, algo que se espera que será superado com uma transferência ou com um novo concurso público. Complementando o quadro, quase como regra, temos a subordinação das direções de escolas e unidades de saúde aos interesses políticos do “vereador da área”. O efeito perverso é a diminuição da autonomia administrativa de tais direções, o que limita o escopo das suas ações, mesmo quando bem intencionadas, além de erodir a confiança e o respeito dos servidores e da população atendida.

Nas áreas inseridas em processos mais antigos do município de Natal, como bairros situados nas zonas oeste e norte, os mesmos problemas se juntam ao declínio dos movimentos associativos dos moradores. Transformados em agentes não oficiais do Estado, legitimam-se cada vez mais pela “prestação de serviços” e pela intermediação de demandas junto aos órgãos públicos do que pelo agenciamento coletivo em suas áreas. De certo modo, estas lideranças também foram se incorporando a uma lógica de mercado: prestam serviços e somam capital social, o qual pode se transmutar em capital político. Entretanto, mesmo que sejam marcantes em suas atuações, essas lideranças são tudo menos “comunitárias”, pois, os laços comunitários ou estão ausentes (nos novos conjuntos e loteamentos) ou foram quebrados (nos bairros mais tradicionais) pela lógica inevitável da individualização.

Para além desse delineamento, ainda em seu nível preliminar de apreensão, da estrutura das “coisas”, uma tarefa que contribui para desvelar a movimentação das placas tectônicas do chão social da economia dos homicídios no Nordeste é a apreensão dos “sombrios detalhes da rotina diária” (Munford, 2008, p.652) que a urbanização acelerada acima pincela fez emergir. É o que tento apresentar no tópico abaixo.

### **Experiências e sentidos**

Na última década, aqueles e aquelas, moradores das áreas periféricas, que possuem os requisitos culturais (algum capital escolar, domínio de si nas interações pessoais, aspecto físico não indesejável para os exigentes consumidores) e inserção em alguma rede social que lhes possibilite contatos e indicações (ex-colegas de estudo ou membros da mesma congregação religiosa, por exemplo) vivem no mundo da flexibilidade. Neste, os projetos pessoais não se ancoram (e nem podem) na continuidade do presente (do trabalho atual ou da moradia de agora), mas na estabilidade precária e na incerteza. Por menos força política e social que tenha tido, a classe trabalhadora anterior das atuais regiões metropolitanas nordestinas cultivou o que poderíamos, com alguma licença sociológica, identificar como “cultura operária”. E esta se traduzia em uma identidade fincada na dignidade, nas relações duradouras com companheiros e, em que pese a opressão das chefias, em atividades nas quais a interação hierárquica não marcava toda as suas tarefas rotineiras. Em contraposição, poderíamos indagar sobre qual a “cultura” possível do novo proletariado de serviços que trabalha nas áreas luminosas da economia de nossas capitais e habita nas suas periferias e

municípios adjacentes? Quais as suas experiências sociais? Como essas experiências são incorporadas, refletidas e socializadas com filhos, amigos e parentes?

Enquanto sacolejam nos ônibus lotados e nas vans inseguras que os levam para os seus trabalhos ou de volta para a suas moradias, que relatos significativos compartilham os membros desse proletariado de serviços? Que redes sociais constroem quando manejam os seus dispositivos eletrônicos? Quais os fatos alimentam as suas conversas cotidianas em suas casas com os outros membros da família? Essas e outras questões deveriam importar (e inquietar a todos/as quantos/as queiram refletir sobre a disseminação da violência e a cristalização do que mais acima denominamos de “economia moral dos homicídios”). Uma pista analítica possível aponta para uma sociabilidade alicerçada em conversas que também remetem ao que ocorre no seu “mundo de trabalho”. E, muito ao contrário do que diagnostica uma sociologia novidadeira para a qual trabalho teria se tornado secundário como fonte significativa de experiências sociais fornecedoras de identidades, na atualidade, mais que antes, as experiências sociais desse mundo ecoam fortemente na vida social e fornecem os recortes de pano de fundo para elaborações e avaliações morais. Notadamente, aquelas relacionadas ao enfrentamento cotidiano de situações de desigualdade social.

Essas experiências (de desigualdade) são lidas por atores situadas em uma ordem social tradicional como acontecimentos “naturais”. Tanto os “de baixo” quanto os “de cima” tendem a perceber essas experiências como a manifestação de uma hierarquia que se manteve fora de questão mesmo quando os aparatos jurídicos começaram a afirmar a “igualdade de direitos”. No cotidiano, a pessoalidade, sempre buscada como caminho para a resolução de pendências junto ao Estado e de articulação de redes e de interações no mercado, fazia do formal uma realidade de outro “mundo”. No mundo concreto, “os de baixo” (e estes, em uma ordem tradicional têm uma configuração transclassista para englobar, em situações específicas, mulheres e crianças) sempre tiveram que aprender a discernir muito claramente “quem manda” e “como obedecer”. Essa naturalização da ordem hierárquica tinha como contrapartida, para os de baixo, o contentamento do reconhecimento na inferioridade, como as manifestações afetivas “concedidas” pelos “de cima”, as quais, não raro, traduziam-se em algum apelido terminado em “inho”.

Mas esse mundo tradicional está se liquefazendo. Pelo menos desde meados dos anos 1980. Na sua dimensão política e legal, a Constituição de 1988, incorporou e contribuiu para consolidar uma gramática de “direitos” na sociedade brasileira. Nunca é

demais lembrar, por exemplo, que foi apenas na década de 1990, em posicionamento do STF amparado na Constituição de 1988, que os trabalhadores rurais passaram a ser equiparados, no que diz respeito à previdência social, aos trabalhadores urbanos. Um processo de reconhecimento social que somente alcançará os/as empregados/as domésticos na segunda década do século XXI. Mas as placas tectônicas que começaram a se movimentar sob o chão social brasileiro no sentido de tornar líquida a ordem tradicional tinham (e têm, pois, este é um processo no qual estamos imersos) dimensões demográfica, econômicas e culturais que independem (ou se chocam mesmo) com a “lógica das coisas” do mundo político e jurídico.

O magma social impulsionou movimentação de placas tectônicas na sociedade brasileira nas últimas décadas captadas muito superficialmente. Ensimesmados em seu universo social cada vez mais desconectado do mundo ao redor, os atores políticos e intelectuais não entenderam a substancialidade dessa movimentação sob a crosta da mesmice social. Não perceberam os desdobramentos políticos e culturais do crescimento do número de evangélicos, para citar apenas um exemplo. E, no que nos diz mais de perto, não apreenderam as sociabilidades vivenciadas pelo novo proletariado de serviços. Tampouco conseguiram, até por limitações cognitivas impostas pelo politicamente correto, que essas sociabilidades aguçaram uma “sede de justiça”, que, à ausência de uma gramática de direitos como aquela que já é hegemônica na classe média, somente pode ser abordada a partir de chaves de leituras fornecidas pela religião. Nesta, as experiências da desigualdade são percebidas como “humilhações”, o que não deixa de ser um avanço em relação ao fatalismo naturalista católica de antes<sup>9</sup>. A adesão crescente às igrejas evangélicas nessas regiões é um fato que se pode constatar com a análise dos dados levantados pelo Censo do IBGE, por pesquisas diversas<sup>10</sup> (algumas delas, como as que tivemos acesso e que foram produzidas sob encomenda pela empresa CONSULT, eram direcionadas a captar informações para o mercado).

A conjunção entre urbanização acelerada e explosão do contingente de jovens no conjunto da população em todas as capitais nordestinas se cruzou com duas macrotendências sociais com efeitos não negligenciáveis sobre as sociabilidades e as trajetórias das novas gerações: a crise dos laços comunitários e a disseminação dos

---

<sup>9</sup> A antropóloga Clara Mafra, no conjunto de sua obra precocemente interrompida, fornece muitos insights para pensar a emergência dessa nova gramática moral no Brasil. Ver, por exemplo, Mafra (2011).

<sup>10</sup> Algumas destas, como as que tivemos acesso e que foram produzidas sob encomenda pela empresa CONSULT, eram direcionadas a captar informações para o mercado.

modelos culturais (dentre estes as identidades pessoais acessíveis pelo consumo) da *globalização*. No primeiro processo, perda de referenciais próximos de modelos de comportamento, além de ausência da confiança nas relações interpessoais. Em consequência, menos modelos positivos identificáveis tanto no entorno familiar quanto na escola e no bairro. Já no segundo caso, temos a emergência de um padrão de visibilidade e distinção social caracterizado tanto pelo acesso a bens de consumo que possam ser ostentados (roupas, aparelhos eletrônicos, carros, etc.) quanto pela circulação nos espaços em que esses adornos possam ser exibidos e reconhecidos. Para os filhos das classes médias, praias, shoppings, escolas privadas e restaurantes são espaços de navegação social quase natural; para os herdeiros do novo proletariado de serviços, esses são espaços a ser conquistados (e desafiados, pois, esses meninos e meninas têm viva consciência de como são percebidos com desconfiança pelos aparatos de vigilância).

Dessa forma, adolescentes e jovens desejosos de integração nos lugares de consumo (os modernos espaços de ver e de ser visto) sofrem pela ausência dos passes de ingresso nesse mundo e pela percepção de que, aí, são indesejáveis. Mas eles e elas não ficam paralisados na condição de vítimas. Instituem, recriam e subvertem espaços e momentos de sociabilidade nos seus próprios bairros. Mas estes espaços instituídos não são vazios de poder ou imunes às forças da repressão policial (que nunca deixou de enquadrar os espaços de lazer e de descontração dos “de baixo” como “lugares perigosos”) e tampouco protegidos contra a força gravitacional do comércio varejista de drogas.

Encurralados por forças e tendências sociais que ou lhes negam reconhecimento e visibilidade ou lhes cobram altas taxas de ingresso, adolescentes e jovens das áreas periféricas terminam por adotar práticas, desenvolver atitudes e assumir modelos identitários que os tornam vulneráveis às diversas formas de violência. E, pior, terminam por produzir, de forma não premeditada, referentes para discursos profascistas que lhes negam o direito básico de ocuparem/transitarem/recriarem espaços públicos. A exposição aos riscos e as pequenas subversões, que caracterizam em quase todas as sociedades, o momento de transição para a vida adulta, resultam em custos diferenciados dependendo da classe social a que se pertença. É assim no Brasil



todo, mas o fenômeno é muito mais intenso nas regiões metropolitanas nordestinas<sup>11</sup>. Em decorrência, as pequenas (ou grandes) “loucuras” dos adolescentes das classes populares são encaradas com intolerância e, não raro, tomadas como símbolos que os criminalizam enquanto as mesmas práticas, quando realizadas por jovens das classes médias, são encaradas como “experiências” e “coisas típicas da idade”.

A criminalização que atinge os adolescentes e jovens das classes populares deixa marcas nos corpos, mas, sobretudo, nos seus espíritos. Eles e elas têm plena consciência, em uma época de redes sociais, do tratamento negativamente diferenciado que recebem dos aparatos policiais. Sabem muito bem que a incursão sobre os corpos (o “baculejo”) não ocorre nas áreas residenciais das classes média e alta. A consciência desse tratamento diferencial alimenta uma sede de justiça que, dada a ausência de uma prática política pedagógica direcionada à sua elevação à condição de sujeitos, termina por fermentar ódio e ressentimento. E esses sentimentos têm como alvos prediletos os “playboys” e “playboyzinhos”, o que, por caminhos transversos, termina por estimular uma “luta de classes” cuja base não é política e nem ideológica.

Percepções de mundo, sentimentos e paixões de adolescentes e jovens alimentam conversações e narrativas das redes sociais na internet. Atravessam diferenças de idade, atingem e envolvem crianças de até a faixa dos 12 anos. E o círculo de giz se fecha quando a escola, que poderia ser um escudo civilizacional para diminuir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens, torna-se, muitas vezes, a instituição que sacramenta o fim do pertencimento a alguma fonte de fornecimento de instrumentos para a navegação positiva no mundo social. Ora, fora da escola, em um universo social no qual os laços comunitários foram quebrados e a vida familiar não chega a fornecer sentidos, referências de autoridade e proteção, em que lugares e momentos a sociabilidade desses adolescentes e jovens irá ocorrer? Em espaços nos quais a afirmação de si está subordinada à imposição pela força. Temos, assim, toda um processo de socialização que se desenvolverá à sombra de regras e valores que remetem à força e a uma reputação que é diretamente proporcional ao risco e ao destemor frente aos aparatos da ordem (familiar, comunitário, policial, etc.).

---

<sup>11</sup> Não há espaço neste trabalho para aprofunda essa discussão, mas a própria forma da urbanização das capitais nordestinas, grande parte delas alimentadas pelos refugiados ambientais das longas estiagens no semiárido é um elemento diferencial que também precisa ser nuançado. O livro de Frederico de Castro Neves, nesse sentido, é um guia inicial para esse percurso analítico ainda a ser feito (Neves, 2002).

A relação entre escolaridade e exposição à socialização violenta é uma variável não negligenciada na literatura internacional sobre delinquência juvenil. No Brasil, em trabalho recente, Marcos Rolim apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul que comprovou a conexão causal entre evasão escolar e desenvolvimento de trajetória desviante (Rolim, 2016). Grosso modo, e abastardando aqui uma abordagem sofisticada e complexa, o que o autor constatou em pesquisa foi que quanto menor o tempo de escolaridade de um jovem maior a possibilidade de o mesmo ser capturado por redes de socialização violentas e de incorrer em atos de violência extrema. Nesse sentido, não é mera coincidência o fato de que as capitais nordestinas que apresentam os maiores índices de abandono escolar (Maceió, João Pessoa e Natal) em levantamento do IBGE sejam exatamente aquelas nas quais as taxas de homicídios estão entre as mais altas entre as capitais de todo o Brasil.

### **De perdas condenadas ao silêncio às demandas de justiça e os rituais de visibilidade**

O portentoso trabalho etnográfico de Nancy Scheper-Hughes, desenvolvido em momentos históricos distintos no bairro Alto do Cruzeiro, que, no livro de que resulta o trabalho, é uma comunidade pertencente ao fictício município de Bom Jesus da Mata, situado na zona da mata pernambucana<sup>12</sup> Timbaúba (PE), teve tanto uma incorporação rarefeita quanto uma recepção pouca simpática nas ciências sociais brasileiras: serviu de referência para algumas poucas pesquisas na área da saúde, mais notadamente em nutrição, e teve alguma (má) acolhida na antropologia para embasar muito mais uma discussão sobre fontes<sup>13</sup> e compromissos éticos no trabalho etnográfico. Estranhamente, o livro que dá conta do trabalho etnográfico (Scheper-Hughes, 1992) teve tradução para o espanhol, mas ainda não mereceu uma edição em português nestas plagas. Entretanto, da perspectiva do presente trabalho, a obra da antropóloga norte-americana é um guia importante para a compreensão da economia moral dos homicídios no Nordeste do Brasil.

Tendo visitado o seu campo de pesquisa ainda como estudante, como integrante do *Peace Corps*, uma organização voluntária que encaminhava jovens norte-americanos para diversos recantos do mundo, em meados dos anos 1960, pouco depois do golpe militar, Nancy Scheper-Hughes testemunhou as sequelas da violência política, cometida

---

<sup>12</sup> Posteriormente, dado que a pesquisa será utilizada para subsidiar uma ação de investigação conduzida pelo Ministério Público, a cidade pernambucana de Timbaúba, igualmente situada na zona da mata.

<sup>13</sup> No mainstream acadêmico mereceu uma singela crítica de Sigaud (1995).

pelos militares contra os trabalhadores rurais aglutinados nas ligas camponesas. Depois, em momentos com alguma distância temporal nos anos 1980, ela pode acompanhar e registrar o que denominou de “violência rotineira e cotidiana” das mortes marcadas pelo silêncio, sem o lamento do choro, de crianças derrotadas pela desnutrição, pela fome e, dimensão captada com sensibilidade, mas que pode ter sido a causa do mal-estar das ciências sociais com a obra da autora, pela “negligência seletiva” das mães. Com uma agudeza analítica, mas também com uma sensibilidade que não esconde a sua solidariedade com essas mulheres pobres, que, no início dos anos 1980<sup>14</sup>, tinham que escolher apoiar e amar os filhos aptos a viver (os que tinham “vontade de viver”) daqueles que demonstrariam a ausência dessa vontade. Em um segundo momento do trabalho etnográfico, quando a escassez de alimentos já não se encontra mais no centro das preocupações das regiões mais pobres do Nordeste, o foco se dirige a violência contra crianças e adolescentes, vítimas das ações de grupos de extermínio<sup>15</sup>.

Após relatar as reações controversas (de lamento, mas também de regozijo e de congratulações aos “benfeitores” que eliminaram os “malandros”), Scheper-Hughes anota que o “*mais terrível dessa violência cotidiana é que ele é anônima, imprevisível e, finalmente, banal*”<sup>16</sup> (1994, p. 66). Os corpos de crianças e adolescentes encontrados em terrenos baldios ou nos canaviais próximos são “desconhecidos”. Ninguém os lamenta, a não ser, em não em todas as oportunidades, os parentes próximos. Estes, em silêncio e medo, choram pelos entes queridos mortos. Mas esse é um lamento destituído de legitimidade social, afinal, eles estavam “perdidos” antes mesmo de serem vitimados.

Se o medo de perder um filho ou filha, por doença, morte ou desaparecimento, é um sentimento que aflige, em algum momento, mães e pais, não é vivenciado da mesma maneira em todas as classes sociais. Entre os mais pobres<sup>17</sup>, esse sentimento é ancorado em exemplos muito vívidos de pessoas próximas, parentes ou vizinhos, que foram retiradas do convívio por alguma “força” externa. O roubo de crianças, para a retirada de órgãos ou para a adoção de famílias estrangeiras, ganha referentes em

---

<sup>14</sup> Momento no qual ainda se vive os efeitos da longa estiagem que se abateu sobre o semiárido nordestino (1977-1982) e que deu grande impulso aos fluxos migratórios para as capitais nordestinas. Nessa seca, diferente daquelas ocorridas no final dos anos 1950 (cujo marco foi a grande seca de 1958) e início dos anos 1970, o Sudeste, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, deixou de ser o polo de atração predominante dos refugiados ambientais.

<sup>15</sup> A abordagem deste momento, expressa no capítulo 6 do livro anteriormente mencionado, foi atualizada e publicada em separado como um artigo (Scheper-Hughes, 1994).

<sup>16</sup> As traduções de trechos citados neste trabalho foram cometidas pelo autor.

<sup>17</sup> Neste trabalho, tento não me render aos ditames do “sociologicamente correto” e utilizo o tão pouco polido “pobres” ao invés do mais palatável e eufemístico “classes populares”.

acontecimentos, como a retirada do pátrio poder pelo judiciário e a entrega de crianças para adoção internacional. Com a popularização da televisão, alguns desses casos assomam a condição de escândalo, como é o caso de crianças que foram retiradas de suas famílias, moradoras do município baiano de Monte Santo, situado no sertão, e que foram entregues para serem adotadas por famílias paulistas pelo juiz da comarca. O caso veio a público em setembro de 2012 e assomou à condição de “escândalo” quando foi objeto de uma matéria no programa Fantástico da TV Globo. Posteriormente, o juiz seria ouvido em uma audiência da Comissão Parlamento de Inquérito sobre o tráfico de pessoas e as adoções seriam revertidas.

Sem um final feliz, temos o rumoroso caso, em Natal, Rio Grande do Norte, do desaparecimento das crianças do bairro Planalto. Com idades entre 1 a 08 anos, eles e elas foram sequestrados, algumas de dentro da casa de seus pais, no período de 1998 a 2001. Após a mobilização de familiares e de entidades do bairro, o caso ganhou repercussão na imprensa nacional, sendo, então, desvelado o tortuoso caminho que o caso teve nos labirintos do aparelho investigativo e do judiciário. Após 18 anos, em 2015, uma peça de teatro foi montada para reavivar na memória social local essa história. Até o momento em que escrevo, nenhuma informação oficial se tem sobre esses desaparecimentos<sup>18</sup>.

O desaparecimento de crianças e adolescentes é um desses problemas que, no Brasil, muito raramente, conseguem ultrapassar de classe. Um dos efeitos da apartação dos mundos sociais provocados pela emergência de vidas em mundos apartados (condomínios fechados, colégios privados, transporte particular e viagens monitoradas) é que essa questão que em outros lugares do mundo é transclassista, não raro servindo de referente para romances policiais e séries televisivas, no Brasil é tema que suscita alguma solidariedade, mas se passa sempre como algo que acontece aos “outros”. E esses “outros”, cujas crianças ainda brincam ruas, vão a colégios públicos e mobilizam-se em transporte coletivo, terminam sempre sendo moralmente condenados porque não cuidaram bem de seus filhos.

Em um dos seus trabalhos mais recentes, no qual, uma vez mais retorna ao universo pernambucano, Scheper-Hughes toma como referência as reflexões de Donna Haraway sobre a vida dos animais, hierarquizados como “matáveis”, para refletir sobre a valoração das existências de crianças e adolescentes do seu universo de pesquisa

---

<sup>18</sup> Detalhamento em Duarte (11/04/2015).

(Scheper-Hughes, 2015). Não se trata da mesma referência, mas se insere no desdobramento analítico que estou fazendo, assim, vale a pena incorporar aqui as sempre provocativas observações da bióloga e filósofa estadunidense:

“Os humanos podem e devem responder uns aos outros e talvez evitar crueldade deliberada com outros seres vivos, quando é conveniente, a fim de evitar danos à sua própria humanidade, sendo esse o escandaloso esforço maior de Kant sobre o tópico, ou, na melhor das hipóteses, reconhecer que outros animais sentem dor ainda que não possam responder ou exigir por eles próprios uma resposta. Todo ser vivo exceto o Homem pode ser matado, mas não assassinado. Tornar o Homem meramente matável é o cúmulo da indignidade moral; na verdade, é a definição de genocídio.” (Haraway, 2011, p. 39).

A hierarquização das vidas, que não expressa apenas uma “colonialidade do poder”, como se poderia depreender de uma leitura de Quijano (2000), mas também na instituição de mapas morais a partir do qual se pode apreender e valor a vida e a morte. Aqueles e aquelas que sofrem as incursões do poder sobre os seus corpos (e de seus próximos) não são reprodutores passivos de modelos culturais e mapas morais; também instituem moralidades (ou fincam travas e abrem veredas naquelas que são dominantes). É exatamente essa dimensão da vida dos mais pobres que passa ao largo das leituras hiper-socializadas de certa sociologia autoidentificada como “crítica”. Tenho em mente, por exemplo, o quadro avaliativo sobre a vida presente nas elaborações de Jessé Souza<sup>19</sup> sobre o que este autor denomina de “subcidadania”. Em que pese a sua contribuição ao entendimento da disjunção entre direitos políticos, reconhecimento e direitos sociais, por se encontrar fechado em um esquema analítico macrosociológico não há espaço no esquema analítico de Souza para a construção/instituição de esquemas morais dos “de baixo”<sup>20</sup>. Quando tudo (ou, melhor dizendo, toda a ação) deriva de uma macroestrutura que abarca o reconhecimento no capitalismo não pode mesmo existir espaço para um nível situacional e microsociológico de análise. Penso, por exemplo, em duas categorias analíticas (que seria de bom tom acadêmico identificá-las como “nativas”) quais sejam aquelas de “anjo”, “perda” e “inocente”.

“Anjo”, ou mais exatamente “anjinho”, é uma criança que morreu antes de receber o batismo. É a apreensão do universo moral que engloba a morte dos anjinhos que levou Nancy Scheper-Hughes a apreender a “violência cotidiana”. Quem, como este autor, viveu no interior do Nordeste nas décadas de 1970 e 1980, acompanhou

---

<sup>19</sup> Neste autor, a definição das vidas “vivíveis” está estreitamente vinculada a um quadro valorativo ancorado em dimensões institucionais da vida social moderna (o mercado, o mundo do trabalho e o Estado), o que o torna incapaz de apreender o enraizamento profundo das gramáticas morais dos pobres no Brasil. Ver a respeito Souza (2003).

<sup>20</sup> Para utilizar aqui uma linguagem cara a Florestan Fernandes.

muitas dessas mortes e sabe da sua naturalização. Os anjos são corpos sagrados, pois, embora tenham morrido sem serem batizados, não pecaram, são puros e vão diretos para o Céu. Tiveram uma trajetória terrena passível a ser invejada: não viveram no “Vale de Lágrimas” e nem passaram pelas provações que nós outros passaremos e já vão direto, sem nenhuma intermediação, ao encontro do “Pai”. Estamos aqui ainda na agônica católica, a qual, mesmo com a conversão ao pentecostal, continuará forte nas percepções de mundo. Mas os anjinhos são de outro mundo social, no qual as mortes de bebês eram tidas como inevitáveis. Tanto as redefinições demográficas (queda vertiginosa das taxas de fecundidade, por exemplo) quanto a ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde quanto as políticas de segurança alimentar e distribuição de rendas mudaram essa realidade substancialmente. Hoje, a morte de um bebê nesse universo não é mais tida como uma fatalidade, mas como uma perda. De alguém que, antes de nascer, já possui um nome. Assim, não temos mais anjos<sup>21</sup>. Portanto, não temos mais seres que, não desejando viver, vão para o céu. Agora, então, seres que foram “perdidos” ou “se perderam”.

A incorporação da categoria de “perda” ganha força na direção inversa do número de gravidezes. Assim, o que antes era aceitável, passa a não mais sê-lo; a morte de um bebê se torna uma dor legítima a ser expressa e a contar com a solidariedade dos circunvizinhos. E, mais importante, uma perda que pode (e se deve) lutar contra. Ou, ainda, ser atribuída a um terceiro exterior: um posto de saúde que não funciona, uma negligência médica ou uma ambulância que não chegou a tempo. A incorporação dessa categoria (“perda”) implica numa ampliação temporal da luta contra a morte dos entes queridos (geralmente das mães pelos filhos).

Uma luta para não “perder” o (a) filho, neto (a), sobrinho (a) ou enteado (a) para a rua, para o consumo de drogas, para a delinquência, para a prisão e, finalmente, para a morte. E se é uma perda que tanto pode ser imputada aos pais (“ela não conseguiu impedir ele de se perder”) ou ao próprio indivíduo (“tanto que a família lutou, mas ele se perdeu...”). A “perda” assoma à condição de categoria explicativa do mundo, pois, são os que se perderam que são vistos imediatamente como os provocadores da violência que aflige a comunidade<sup>22</sup>. Afinal, é à existência dos que se perderam e se

---

<sup>21</sup> Essa é também uma constatação em um relato de seu retorno ao campo feito pela antropóloga. Ver Scheper-Hughes (2013).

<sup>22</sup> Tomando como base uma pesquisa etnográfica realizada em na cidade de Ingeniero Budge, situada na Grande Buenos Aires, a qual contabilizou, em 2012, 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, Alvarez

tornaram “vagabundos” que se atribui a culpa pela legitimação das ações de violência indiscriminada de agentes policiais e de grupos de extermínio. E estas, não raro, traduzem-se em vítimas “inocentes”.

Em eventos traumáticos, como as execuções que, nos últimos dez anos, ocorrem em todas as regiões metropolitanas do Nordeste, uma categoria de classificação do mundo onipresente é aquela de “inocente”. Não se trata de uma categoria jurídica, mas situacional e relacional. A disputa por controle territorial das facções criminosas (elemento novo), as ações dos grupos de extermínio (tradicional na região, embora o atual formato de pequenas empresas seja uma novidade) e as incursões policiais produzem vítimas que são apreendidas a partir de diversas gradações avaliativas de “inocência”. Imagine por um momento um tipo de ocorrência razoavelmente comum nas franjas das regiões metropolitanas do Nordeste: a execução de jovens em um bar, numa esquina de rua ou em alguma praça. Se, como se provará mais tarde, alguns desses jovens tinham passagens anteriores no judiciário ou eram suspeitos de atividades delituosas, aqueles dentre os mortos sobre os quais não pesavam acusações, serão tidos, mesmo pelas pessoas próximas, como um inocente em termos<sup>23</sup>. Afinal, embora não “envolvido com nada de ruim”, esses “inocentes” estavam juntos de “pessoas erradas”. Da mesma forma, um pai que é vítima de homicídio em uma chacina que, descobre-se posteriormente, tinha como objetivo assassinar dois de seus filhos envolvidos com o tráfico de drogas local ou suspeitos de terem assassinado um policial, torna-se um morto cuja inocência é velada ou publicamente colocada em suspensão.

A inocência é modulada, no discurso dominante nos meios de comunicação<sup>24</sup>, nos discursos das autoridades policiais e nas elaborações das elites e classes médias locais. A presunção de culpabilidade das vítimas de homicídios nas áreas periféricas predomina. E esta é inversamente proporcional ao clamor provocado pelas ocorrências

---

e Auyero (2014) apreendem os custos emocionais pagos pelas famílias que vivem em comunidades afetadas por altas taxas de homicídios. Aportam elaborações que podem ser generalizadas para todas as áreas da

<sup>23</sup> Em texto elaborado com base em pesquisa de campo realizada em Ciudad Juarez, a cidade com as maiores taxas de homicídios do México durante anos e assolado pela guerra contra as drogas deflagrada pelo Presidente Felipe Calderon (2006-2012), Chiara Calzolaio identifica um “quadro de leitura das violências” que modula a maior ou menor legitimidade das vítimas. A autora aporta um conjunto de insights que iluminam a apreensão das gradações avaliativas da inocência. Ver Calzolaio (2016).

<sup>24</sup> Lembremos que há uma influente blogosfera policial no Brasil, especialmente forte no Nordeste, a qual tem se tornado ferramenta de difusão do discurso hegemônica de que não existem inocentes, mas “vítimas colaterais” da “guerra contra a criminalidade”.

que ceifam vidas pertencentes a esses setores das áreas mais luminosas das metrópoles nordestinas.

Voltemos às elaborações de Scheper-Hughes! Enquanto boa parte das ciências sociais aborda de “fora” os eventos explicitadores daquilo que eufemisticamente denominamos de nossa “cidadania incompleta”, a antropóloga o encara de frente, buscando apreender por dentro as suas dinâmicas e processo. Para tanto, recorre a Michel Taussig (1993) de quem toma de empréstimo a noção de “terror como de hábito” para traduzir as experiências ordinárias das pessoas pobres em contextos como aquele de Alto do Cruzeiro. Esse terror se expressa em um “clima de inquietude e insegurança quase ontológica” (p. 67). Nele, a insegurança é corporalmente sentida. O corpo é, então, vivido como uma frágil “fortaleza” em um mundo externo sempre ameaçador<sup>25</sup>. A parte substancial do trabalho de campo da autora, particularmente àquele relacionado aos efeitos sociais e culturais da violência policial e dos grupos de extermínio, foi realizada nos anos 1980. Trinta anos depois, a sua indagação visceral contém atualidade, mas como mostrarei mais abaixo, precisa ser (re) enquadrada (e nesse novo enquadramento está toda a economia moral que necessita ser mobilizada analiticamente para dar sentido à epidemia de homicídios registrada pelos “mapas” e “atlas”): *“como explicar que o terrorismo praticado pela polícia e pelos esquadrões da morte provoque tão pouca indignação, mesmo nos espaços ocultos, no interior das comunidades pobres, afetadas por esse terrorismo?”*. (Scheper-Hughes, 1994, p. 68).

O (re) enquadramento da questão formulada pela autora se deu, de forma distanciada da gramática tradicionalmente mobilizada pela esquerda brasileira e de setores da Igreja Católica para significar a defesa dos direitos humanos, o que implicou, em um contexto no qual a violência cotidiana nunca esteve ausente, numa quebra daquela “normalidade” de uma sociedade “hierárquica” onde cada um “sabe o seu lugar”. Estou aqui a tomar como referências uma narrativa da “acumulação social de violência”, formulada por Misse (2008), e que pode iluminar a apreensão daquela economia moral a qual venho me referindo. Entretanto, tento abordar essa “quebra” (com a sociedade hierárquica) seguindo uma trilha analítica distinta daquela palmilhada

---

<sup>25</sup> Os corpos “maleáveis” e “incircunscritos”, expressões de uma “cidadania disjuntiva”, que estrutura uma dualidade entre “direitos civis” e “direitos humanos”, são noções que formuladas no contexto de uma pesquisa realizada em São Paulo por Caldeira (2000) podem referenciar uma discussão sobre a gramática moral a partir da qual os corpos de pobres, mulheres e crianças, especialmente negras, são “lidos” no Nordeste do Brasil. Se há uma especificidade aqui esta se encontra no enraizamento e quase naturalização daqueles sinais encontrados pela autora mencionada na periferia paulistana.



pelo autor na medida em que ele toma como ponto de chegada o que, em verdade, é ponto de partida. Refiro-me ao “viés ‘guerreiro’” incorporado pelos jovens traficantes cariocas. O liame entre ruptura com a sociedade hierárquica e o “viés” apontado é que pode nos ajudar a compreender a economia moral da violência criminosa (e, especificamente, como é o desiderato deste trabalho, dos homicídios). Essa senda implicaria em questionar: que mapas culturais e valores morais tornaram possíveis quebra com a hierarquia social tradicional? Como tais subjazem e impulsionam o viés “guerreiro”? A minha aposta é a de que a busca de conexões causais nos ajuda pouco na formulação de respostas sociologicamente consistentes a esta importante questão. Isso porque, também em relação a essa decisiva questão, impõe-se àquela seminal orientação de investigação de uma situação concreta<sup>26</sup> feita por Vilmar Evangelista Farias: “*é preciso investigar, em cada caso, como ocorrem as orientações normativas e valorativas dos atores, seus interesses, suas preferências e o leque de suas alternativas de escolha*” (Faria, 1989, p. 71). Descortina-se, então, todo um programa de pesquisa a ser desenvolvido.

#### **A subcidadania em cheque e a cosmovisão da abundância**

A cada anúncio da elevação das taxas de homicídios nos estados nordestinos, quando da publicação anual de dados estatísticos como aqueles condensados e processados nos “Mapas da Violência”, além do tratamento sensacionalista do fato pelos órgãos da imprensa local, temos uma multiplicação de vozes no espaço público cobrando providências sobre a “crescente violência”. Entretanto, a violência abordada nos discursos não é nunca aquela traduzida nas medições dos assassinatos. Mortes anônimas referenciam, no máximo, demandas por mais policiamento contra roubos. É como se, excluindo as ocorrências que assomam à condição de tragédias, como àquelas envolvendo vítimas não envolvidas com a criminalidade ou passíveis de serem estigmatizadas enquanto envolvidas, essas mortes anonimamente registradas fossem aceitáveis. Assim, os homicídios, desde que não ultrapassem as cercas invisíveis que separam as áreas periféricas e as cidades dormitórios que circunvizinham as metrópoles nordestinas, são naturalizados e quase incorporados à lógica das coisas.

---

<sup>26</sup> Vilmar Faria direcionou as suas baterias analíticas para apreender os elementos que moldaram a demanda por regulação da fecundidade no Brasil dos anos 1970. A sua abordagem contraintuitiva ainda hoje é uma referência incontornável, especialmente para os estudos demográficos, no que diz respeito à compreensão desse importante e modelador fenômeno social brasileiro.

Obviamente, essa naturalização social dos homicídios nas regiões metropolitanas nordestinas não pode ser tomada como causa explicativa forte desses eventos, mas, ao menos, fornece elementos de neutralização moral diante da ignomínia das perdas de tantas vidas de jovens e adolescentes. Ideais de justiça, valoração das reputações e da grandeza moral dos envolvidos nas trocas econômicas, elementos que pareceriam eliminados pelo anonimato das relações de venda e compra na economia de mercado do capitalismo ascendente, reemergem e alimentam ações coletivas em momentos decisivos, fornecendo suportes para ações coletivas, como rebeliões camponesas. Nessas situações, atos que anteriormente seriam socialmente condenados passam a ser praticados e justificados. Valores morais tradutores de compreensões de justiça e de responsabilidade individual são as fontes de legitimidade de ações que não se enquadram nos critérios dominantes de racionalidade econômica da lógica mercantil (SCOTT, 1977 e THOMPSON, 1998). São como que resquícios de outro momento histórico. Temos, então, a emergência de quadros sociais nos quais ocorre uma “neutralização” dos valores morais dominantes na sociedade moderna.

Apenas quando levamos em conta essa “economia moral” (que implica em uma valoração das coisas e das pessoas) é que podemos nos acercar melhor da dimensão mais desafiadora analiticamente da trágica elevação contínua das taxas de homicídios no Nordeste como um todo: a sua “naturalização”. O que estou a defender é que tão significativo quanto o elevado número de ocorrências é a sua aceitação conformada. O fato de que essas mortes não se prestam para alavancar “pânicos morais” (como aquele relacionado ao “consumo de crack”, apenas para citar um exemplo) e nem alimentar simbolicamente “escândalos” pareceria confirmar análises, como aquelas desenvolvidas por Jessé Sousa, a respeito da “(sub) cidadania brasileira” (Sousa, 2003), de que essas mortes, por ceifarem vidas de pessoas integrantes da “ralé estrutural” não chocariam. Nessa leitura, modulada por um indisfarçável viés analítico prisioneiro do modelo da “luta de classes”, teríamos uma “gramática moral” alicerçada na hierarquização classista que faria com que aqueles marcados pela (sub) cidadania tenham as suas vidas valoradas negativamente (e, por conseguinte, suas mortes apreendidas com indiferença ou até comemoradas)

Essa chave de leitura consegue apreender aspectos da realidade e, o mais importante, concatenar um discurso lógico e coerente sobre a vida social. Entretanto, em que pese a sua autoapresentação como “crítica”, trata-se de uma trilha analítica pouco

fecunda para dar conta de situações nas quais a apreensão de vetores culturais transclassistas é decisiva. O que estamos a nos referir é ao fato de que existem definições do que é “certo”, “bom” e “justo” que ultrapassam as fronteiras das classes sociais e são universalmente partilhadas em uma determinada sociedade. Então, não é exatamente o fato de que algumas vidas são valoradas mais positivamente do que outras que pode ser tomado como elemento explicativo para fornecer pistas para a compreensão da naturalização (e a alimentação cultural de sua continuação) das mortes, mas, sim, o que é a vida humana, quando coletivamente tomada (“vidas humanas”), na cosmovisão brasileira. Sem essa incursão mais global, quedamo-nos prisioneiros do reducionismo sociológico.

Vale a pena uma referência, ainda que não aprofundada, à forma como os recursos (e a vida dentre estes) foram aqui percebidos historicamente. Os recursos, sejam materiais ou imateriais, foram sempre concebidos nestas plagas como infinitos. E o imaginário da abundância, que modulou a visão de mundo mesmo em territórios marcados pela escassez, como o semiárido nordestino, é que serviu sempre de substrato cultural para os nossos projetos de futuro como país. O cálculo racional e a contabilidade, esses pilares do moderno capitalismo, sempre foram subsumidos em uma lógica social da abundância. E esta se traduziu tanto em consumo de ostentação (como as elites do Brasil Império que importavam os produtos básicos cotidianos da Inglaterra e da França) quanto no desperdício orgulhoso (aquele dos barões da borracha, que acendiam os seus charutos com notas de dólares!). E mesmo em nossos momentos rituais simples, como aquele dos leilões das festas de padroeiro nas pequenas cidades do interior do Nordeste, o desperdício (o gasto material desmedido) era o que alicerçava a posição simbólica e o status do rico fazendeiro que arrematava uma galinha assada pelo preço de um boi. E em nenhuma dimensão social essa cosmovisão se fez mais forte do que na nossa relação com a natureza. Rios, florestas, mangues, mares e jazidas. Temos e teremos para sempre. Daí, podemos nos dar ao luxo de gastar sem preocupação.

Esse imaginário alimentou a relação com a natureza em todos os sentidos, inclusive com a natureza que contemos e expressamos. Qualquer um que conheça a história do tráfico de escravo ou que, em visita à Salvador (BA), tenha tido a curiosidade de descer ao seu porão, sabe que o quão descartáveis eram as vidas dos braços que iriam semear e colher as riquezas da Colônia. A noção de uma força de trabalho inesgotável também esteve presente em outros quadrantes, sabemos disso.

Basta que lembremos, nesse sentido, do tratamento dispensado à mão de obra chinesa na construção das estradas de ferro nos Estados Unidos do século XIX. Mas lá, ela era a exceção, não a regra. Uma regra que se manteve pós-escravidão, basta investigarmos as condições de trabalho nas nossas grandes obras. Da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, passando pela construção de Brasília e a abertura da Transamazônica até chegarmos à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, essa percepção de que há massas trabalhadoras descartáveis porque sempre disponíveis foi a tônica.

Voltando à economia moral dos homicídios no Nordeste do Brasil, uma hipótese que não pode ser negligenciada é a de que, alimentando-se da cosmovisão que apresentamos acima, vai emergindo no país, não de forma explícita e nem muito consciente, uma visão de mundo que não apenas naturaliza, mas torna até apreende como aceitável a “eliminação” de parcelas de “indesejáveis sociais”.

### **Considerações finais**

O registro de um crescimento linear, há mais de dez anos, da violência homicida no Nordeste do Brasil legitima o uso do termo “epidemia” para caracterizar a dramática realidade que os números procuram captar. Neste trabalho, orientado por uma perspectiva epistemológica que rejeita a assunção de que a análise sociológica se traduza apenas na análise dos contextos ou das práticas dos atores, buscamos apreender a economia moral dessa epidemia. Incorporado analiticamente para dar inteligibilidade a um contexto social radicalmente distinto, no qual sociedades que viviam a transição para a economia de mercado lidaram com o problema da fome e da escassez de alimentos, na nossa empreitada analítica o termo teve o sentido de apreender as moralidades subjacentes às avaliações à hierarquização das vidas humanas no Nordeste brasileiro. Dessa forma, articulamos a noção de “economia moral”, tal qual formulada por Edward P. Thompson e James Scott, aos insights do trabalho etnográfico exemplar desenvolvido por Nancy Scheper-Hughes em um município da zona da mata pernambucana. No horizonte, modulando a nossa análise, esteve sempre a hierarquia de vida e morte elaborada por Donna Haraway. Com esses suportes, incursionamos analiticamente sobre o chão social (e as placas tectônicas que sob ele se movimentam) para apreender alguns dos elementos que podem ser tomados como chaves analíticas daquela epidemia. Assim, explicitamos elementos macroestruturais (como redefinições demográficas) e microfundamentos (como a emergência de novos mapas morais resultantes da ruptura com a sociedade hierárquica) que podem ser tomados como chaves de compreensão da elevação das taxas de homicídios, em especial nas metrópoles nordestinas. Ao apontar para a cosmovisão que subjaz a economia moral dessa violência me distanciei de uma abordagem, imodestamente autoidentificada como expressão de uma “sociologia crítica”, que reduz o problema da hierarquização de quais vidas são vivíveis e

quais são “matáveis” a um ardil da luta de classes que modelaria a gramática moral da subcidadania brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ, Lucia & AUYERO, Javier. “La ropa em ele balde”: Rutinas y ética popular frente a la violencia em los márgenes urbanos”, *Nueva Sociedad*, nº 251, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrando Brasil, 1989.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (1893).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio Caldeira. *Cidade dos Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Editora da USP, 2000.

CALZOLAIO, Chiara. “Ethnographier la violence d’État: récits et expériences des victimes de la lutte contre le narcotrafic à Ciudad Juárez, Mexique”, *Cultures & Conflits*, nº 103-104, 2016.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da violência – 2018. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2018.

DUARTE, Rafael. “A história mal contada do Planalto”. *Tribuna do Norte*, 11/04/2015.

FARIA, Vilmar. “Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Consequências não Antecipadas e Efeitos Perversos”, in: *Ciências Sociais Hoje, 1989*. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia. Ensaio, interpretações e réplicas*. Tradução Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

HARAWAY, Donna. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente”, *Horizontes Antropológicos*, nº 35, 2011.

HITLIN, Steven & VAISEY. “Back to the Future”. in: Steven Hitlin & Stephen Vaisey, *Handbook of Sociology of Morality*. Londres/Nova York: Springer, 2010.

MAFRA, Clara. “O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul”, *Intersecções*, vol. 13, nº 1, 2011.

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social de violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*, vol. 8, nº 3, 2008.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Tradução: Neil R. da Silva. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 2ª edição.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabe. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RODGERS, Dennis. “The Moral Economy of Muder: Violence, Death and Social Order in Nicaragua” In: Javier Ayuero, Philippe Bourgois e Nancy Scheper-Hughes (Orgs), *Violence at the Urban Margins*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba: Appris, 2016.
- SAYER, Andrew. *The moral significance of class*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistência*. México: Ediciones Era, 1990.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. (1992). Death without weeping - the violence of everyday life in Brazil. Berkeley, Los Angeles: Univ. of California Press.
- \_\_\_\_\_. “Mourir em silence: La violence ordinaire d’une ville brésilienne”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 104, p. 64-80, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Brazil: No ore Angel Babies on the Alto”. *The Berkeley Review of Latin Amerinca Studies*, Spring, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Death Squads and Vigilante Politics in Democratic Northeast Brazil. In: In: Javier Ayuero, Philippe Bourgois e Nancy Scheper-Hughes (Orgs), *Violence at the Urban Margins*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SIGAUD, Lygia. “Fome” e comportamentos sociais: problemas de explicação em antropologia. *Mana*, 1(1), 167-175, 1995.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade tardia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. “(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?”. *Lua Nova*, nº 59, 2003.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: Um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichember. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília (DF): FLACSO, 2016.